



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

Procedimento Licitatório nº 018/2026

REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: Menor Preço por Item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS – ☐ SIM ☒ NÃO

MODO DE DISPUTA ABERTO

O **MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG**, por intermédio do (a) Pregoeiro (a) **Irineu Silva Junior** e Equipe de Apoio, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, no **MODO DE DISPUTA ABERTO**, com critério de julgamento: **MENOR PREÇO – ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e as exigências estabelecidas neste Edital.

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: até às 08h59min do dia 20 maio de 2026.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA DISPUTA DE LANCES: Dia 20 de maio de 2026 às 09h00min

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

O encaminhamento das propostas exclusivamente pela plataforma digital deverá ser efetuado até a data e horários fixados para abertura das propostas comerciais.

Após a abertura das propostas comerciais via plataforma digital, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das propostas comerciais, bem como a data para a sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da **LICITANET**.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor do **Município de Pimenta/MG**, denominado (a) Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento de dados exportados, gerados e/ou transferidos para a Plataforma de Pregão Eletrônico constante da página eletrônica da **LICITANET no site: www.licitanet.com.br**

O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, ficará a



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

cargo do licitante.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

1. DO OBJETO

O objeto da presente é a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, destinados à manutenção da assistência farmacêutica no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pimenta/MG, visando atender às demandas da Farmácia de Minas e demais unidades de saúde vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A licitação **será por itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. A participação nesta licitação é restrita aos interessados cujo ramo de atividade seja compatível¹ com o objeto desta licitação e que sejam **empresas previamente credenciadas** na Plataforma de Pregão Eletrônico da LICITANET, considerando o seguinte:

2.1.1. Não será(ão) concedido nesta *Licitação* exclusividade para ME/EPP para todo(s) o(s) item(ns)/lote(s) ampla concorrência destinados para empresas/ pessoa física que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar

¹ **Nota Explicativa:** O objeto social incompatível com o objeto da licitação é impeditivo à contratação, a ser aferido na fase de habilitação jurídica. Nesse sentido o Tribunal de Contas da União, Acórdão 642/2014-Plenário.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio²;

2.6.10. Pessoa física;

2.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da

² **Nota Explicativa:** A vedação de participação no processo licitatório de pessoas jurídicas reunidas em consórcio é exceção e essa opção deverá ser devidamente justificada pela Administração, nos termos do [art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de Plataforma de Pregão Eletrônico, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.2. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados da plataforma credenciada:

3.2.1. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, ficará a cargo do licitante.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

3.3. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, dentro da vigência do plano contratado pelo licitante, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto à plataforma de pregão eletrônico e/ou canceladas por solicitação do licitante.

3.4. A manutenção ou alteração da senha de acesso será feita através de pedido do licitante junto ao atendimento On-Line (CHAT) do site LICITANET, sendo que a nova senha será enviada por via de e-mail, de forma imediata.

3.5. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo à LICITANET a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6. O cadastramento do licitante junto à Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

3.7. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones da plataforma LICITANET - licitações online: www.licitanet.com.br: (34) 99807-6633 e (34) 3014-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

3.8. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.9. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.9.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até o prazo final para acolhimento das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. O envio dos documentos de habilitação somente estará disponível após o encerramento do envio de lances e negociação dos preços com a licitante melhor classificada.

4.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) Pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.9. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.10. No cadastramento da proposta inicial (ou dos documentos de habilitação, conforme o caso), o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.10.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.10.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.10.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.11. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.12.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.12.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.13. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.10 ou 4.12 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.14. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.15. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.17.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.17.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.³

4.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.18.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.18.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado

³ Nota explicativa: O artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, admite que o licitante utilize do sistema oficial para estabelecer previamente seus lances, inclusive o lance mínimo ou o maior percentual de desconto, de modo que o sistema automaticamente receba os lances sem a necessidade de inserção manual a cada lance. A utilização desse instrumento é uma faculdade oferecida ao licitante.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

na forma do item 4.17 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.20. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, no que couber:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável: o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração, por parte dos contratados, pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O (a) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor *unitário do item*.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7. DO MODO DE DISPUTA

7.1. Modo de disputa aberto:

7.1.1. O intervalo mínimo de diferença de valores⁴ entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

7.1.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.1.3. Prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.1.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item

⁴**Nota Explicativa:** Adotado o modo de disputa aberto, a previsão de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances é obrigatória, conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 c/c com art. 30, §3º do Decreto nº 10.024/19.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.1.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.1.6. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o (a) Pregoeiro (a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.3. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.4. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.6. O Critério de julgamento adotado será o *menor preço - item*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

7.8. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como com as demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.9. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.10. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.11. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.12. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.13.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.13.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.13.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

7.13.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.13.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.13.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.13.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.13.2.2. Empresas brasileiras;

7.13.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.13.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.14.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.14.2. O (a) Pregoeiro (a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.15. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O (a) Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao (a) Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por **outro meio** e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.3. *Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser*



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o (a) Pregoeiro (a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra⁵, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

8.5.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.5.3.2. Se houver a exigência de amostras, a aferição será realizada (s) pelo (s) servidor (es) designado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, caso em que será elaborado Relatório de Aceitabilidade e/ou Reprovabilidade, com justificativa fundamentada e comparativa de cada produto analisado, se for o caso.

8.5.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo (a) Pregoeiro (a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.5.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o (a) Pregoeiro (a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.5.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.5.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.5.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.5.3.8. Encerrada a etapa de análise será dada publicidade ao Relatório de Aceitabilidade e/ou Reprovabilidade, por meio de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município – DOEM bem como serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o (a) Pregoeiro (a)

⁵**Nota explicativa:** o TCU firmou jurisprudência no sentido de que tal exigência é cabível no pregão, desde que feita após a fase de lances e limitada ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar (Acórdãos nº 1.182/2007, nº 1.634/2007, nº 2.558/2007, nº 1.113/2008, nº 1.168/2009 e nº 1.317/2011, do Plenário, e nº 3.667/2009, 2ª Câmara), todavia, a descrição correta e detalhada do objeto a ser adquirido/contratado, na maior parte dos casos, garantirá a qualidade da contratação, sem necessidade de se exigir a apresentação de amostra, a qual deve ser reservada para situações excepcionais.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. O (a) Pregoeiro (a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o (a) Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o (a) Pregoeiro (a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o (a) Pregoeiro (a) solicitará e verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DO CADASTRO NO HABILITANET – HABILITAÇÃO

9.1. O HABILITANET constitui um módulo de registro cadastral da LICITANET, disponível no rol de menus da Sala de Disputa.

9.1.1. A habilitação dos fornecedores em licitação pertinente à aquisição de bens e serviços, inclusive de obras e publicidade, poderá ser comprovada por meio de regular inscrição cadastral no HABILITANET, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

9.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame⁶ ou a futura contratação, mediante a consulta ao Cadastro de Fornecedores do Município, bem como:

9.2.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça

(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

9.2.2. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por

⁶ **Nota explicativa:** A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU
(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2::NO:RP,2::>);

9.2.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.2.4. Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do HABILITANET, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.3.1. O interessado, mediante utilização do sistema, deverá anexar os documentos de habilitação na plataforma no momento em que for convocado pelo pregoeiro a atender às condições exigidas no item 10.9, no HABILITANET

9.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo (a) Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019 e § 2º, do Art. 43, do decreto Municipal nº 2584/2021.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação e/ou desclassificação.

9.5. A licitante deverá encaminhar **SOMENTE a cópia da proposta de preços ajustada**, contendo preço unitário e global com até 02 (duas) casas decimais, bem como a marca, para o **HABILITANET** para que o (a) Pregoeiro (a) possa verificar a conformidade com o preestabelecido neste Edital, **devendo ser encaminhados posteriormente os documentos de habilitação que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, em original ou cópias autenticadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados após ser declarado vencedor do lote/item, para o endereço: Avenida JK, nº 396, Centro, Pimenta/MG, CEP: 35.585-000.

9.6. A não apresentação dos documentos de habilitação (em original e/ou



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

autenticados) que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, no prazo estipulado de 05 (cinco) dias úteis, ensejará a inabilitação direta do licitante bem como a aplicação, nos autos do certame, das penalidades previstas no Art. 49, II do Decreto n. 10.024/2019.

9.6.1. Nos casos em que o (s) licitante (s) não ENVIAR os documentos de habilitação que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, **em original e/ou autenticados**, o(a) Pregoeiro(a) declarará sua inabilitação e convocará imediatamente, o licitante classificado em segundo lugar.

9.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Os licitantes deverão encaminhar via plataforma digital, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.10.1. Habilitação jurídica:

9.10.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.10.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.10.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.10.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.10.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.10.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.10.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.10.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.10.2.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ**;

9.10.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.10.2.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.10.2.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.10.2.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

9.10.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.10.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

pena de inabilitação nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006, deverá apresentar:

9.10.2.8.1. Declaração de Enquadramento de ME ou EPP, devidamente registrada e arquivada na respectiva Junta Comercial, ou, Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado, ou, Declaração de Microempreendedor Individual, ou, documento legal hábil a comprovar a condição ME ou EPP, emitida no exercício corrente.

9.10.2.8.2. O licitante detentor do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10.3. Qualificação Econômico Financeira

9.10.3.1. Certidão Civil Negativa Judicial ou Certidão Negativa específica de Falência e Concordata, datada de no **máximo 90 (noventa) dias** corridos anteriores à data de realização da sessão pública do pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

9.10.4. Qualificação Técnica

9.10.4.5 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução/entrega satisfatória do objeto e/ou de serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto licitado;

9.10.4.6 Alvará Sanitário ou Licença Sanitária expedidos pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, de acordo com a sede da licitante.

9.10.4.7 Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela **Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;**

9.10.4.7.1 O licitante que apresentar proposta somente para produtos/insumos/equipamento/material que não estão sujeitos ao registro, fica dispensado da apresentação da AFE, no entanto, deve demonstrar que os produtos por ele comercializados não estão sujeitos a registro.

9.11. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

das demonstrações contábeis do último exercício, quando for exigido

9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.19. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.20. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

9.21.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.21.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.22. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.23. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.1.

9.24. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.25. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.26. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Ao licitante declarado vencedor será concedido o prazo de 2 (duas) horas (que poderá correr simultaneamente à convocação para apresentação dos documentos de habilitação), a contar da solicitação do (a) Pregoeiro (a), no sistema eletrônico, para apresentação da proposta final ajustada ao valor do último lance, sob pena de desclassificação e deverá atender às seguintes condições:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante legal, sendo preferível a assinatura eletrônica.

10.2. Com o intuito de oferecer agilidade ao processo de pagamento, a proposta final da licitante poderá **conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.**

10.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (inc. II, art. 12, da Lei nº 14.133/21).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.8. Dispensa-se o envio da proposta ajustada, em via original, tendo em vista o envio da proposta na plataforma eletrônica, sendo que esta proposta final levada aos autos será utilizada no decorrer da execução do contrato.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no **mínimo 10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao (a) Pregoeiro (a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3.1. Nesse momento, o (a) Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso⁷.

11.3.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.3.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-

⁷**Nota explicativa:** no juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve ser avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 520/2014-Plenário, item 9.5.1.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos (HABILITANET), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do (a) Pregoeiro (a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. A (s) projeção (s) da (s) despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação (s) orçamentária (s) própria (s), consignada (s) no orçamento municipal para o exercício corrente, na (s) seguinte (s) rubrica (s):



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

Ficha: 488 - 02.06.01.10.303.0008.2069.3.3.90.32.00 - Fonte: - 1.500.000

582 - 02.06.02.10.303.0009.2143.3.3.90.32.00 - Fonte: - 1.621.000

591 - 02.06.02.10.303.0009.2183.3.3.90.32.00 - Fonte: - 1.600.000

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela(e) fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

15.3. A ata de registro de preços ou contrato será assinada(o) por meio de assinatura digital e disponibilizada no site oficial da prefeitura.

15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços/Contratos quantos forem necessárias(os), com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.

15.5. O preço registrado, quando for o caso, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços/contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro em sentido geral, do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

20.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

20.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

20.2.4. Deixar de apresentar amostra;

20.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

20.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;

20.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

20.2.9. Fraudar a licitação



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

20.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.2.10.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.2.10.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.2.10.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

20.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

20.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

20.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.3.1. Advertência;

20.3.2. Multa;

20.3.3. Impedimento de licitar e contratar e

20.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

20.4.2. As peculiaridades do caso concreto.

20.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

20.4.4. Os danos que dela provierem para a administração pública.

20.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

20.5.1. Para as infrações previstas no art. 155, I, II e III da Lei 14.133/21, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

20.5.2. Para as infrações previstas no art. 155, IV à VIII da Lei 14.133/21, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

20.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

20.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no art. 155, VIII à XII da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no art. 155, VIII, IX, X, XI e XII da Lei 14.133/21 bem como pelas infrações administrativas previstas no art. 155, II, III, IV, V, VI e VII da Lei 14.133/21 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

20.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

20.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada, exclusivamente pela forma eletrônica, pelo sistema HABILITANET;

21.3. Caberá ao (a) Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação, no prazo de até três dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), exclusivamente pela forma eletrônica, pelo sistema HABILITANET, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O (a) Pregoeiro (a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de três dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DA PUBLICIDADE

22.1. O aviso deste pregão será publicado no Diário Oficial da União – DOU, Diário Oficial de Minas Gerais - IOF e Diário Oficial Eletrônico do Município de Pimenta nos termos da Lei Municipal 2004/2021, como também, disponibilizado por meio do site: www.licitanet.com.br e publicado no site oficial do município: www.pimenta.mg.gov.br/portalprefeitura/.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

23.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

23.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

23.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

23.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

23.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

23.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

23.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

23.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na lei 14.133/2021.

23.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

23.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

23.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. Prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo prorrogável na forma da Lei nº 14.133/21.

24.11. Havendo a celebração do contrato, o mesmo poderá ser renovado nos termos do Art. 107, da Lei 14.133/21, "Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes."

24.11.1. Após o décimo segundo mês de vigência do contrato os preços poderão ser reajustados pela aplicação do INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

24.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.pimenta.mg.gov.br/portalprefeitura/ e site www.licitanet.com.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Avenida JK, nº 396, Centro, Pimenta/MG, CEP: 35.585-000, nos dias úteis, no horário das 08h00min horas às 17h00min horas, mesmo endereço e período no qual os autos do Procedimento Licitatório permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.14.1. ANEXO I - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.14.2. ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

Pimenta/MG, 06 de maio de 2026.

Irineu Silva Junior
Pregoeiro



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

ANEXO I – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG**, com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), doravante denominado órgão gerenciador do Pregão, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/20..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/21, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação dos serviços de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de *Pregão* nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)					
X	Especificação	Marca (<i>se exigida no edital</i>)	Unid.	Quant.	Valor Un	Valor Total

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas:

3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

3.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 3.7.

3.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.



4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde



que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas termo de referência anexo do Edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG, de de 2026.

Prefeito (a)

Licitante detentor (a)

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 027/2026****Aquisição de Medicamentos****1. OBJETO**

O objeto da presente contratação consiste na aquisição de medicamentos, destinados à manutenção da assistência farmacêutica no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pimenta/MG, visando atender às demandas da Farmácia de Minas e demais unidades de saúde vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS).

2. QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES

2.1. Os itens, bem como suas especificações e quantidades, encontram-se detalhados na tabela abaixo:

ITEM	MEDICAMENTOS	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aciclovir 200 mg	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 0,17	R\$ 340,00
2	Ácido acetilsalicílico 100 mg	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,04	R\$ 800,00
3	Acido fólico 5Mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,04	R\$ 400,00
4	Água bidestilada, solução injetável 10 ml	AMPOLA	3.500	R\$ 0,21	R\$ 735,00
5	Água para injetáveis 10 ml	AMPOLA	3.000	R\$ 0,34	R\$ 1.020,00
6	Albendazol 400 mg	COMPRIMIDO	1.000	R\$ 0,42	R\$ 420,00
7	Amiodarona 200 mg	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,45	R\$ 9.000,00
8	Amitriptilina 25 mg	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,04	R\$ 1.200,00
9	Amoxicilina + clavulanato de potássio 500+125 mg.	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,91	R\$ 4.550,00
10	Amoxicilina 500 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,21	R\$ 2.100,00
11	Amoxicilina+clavulanato de potássio 250mg+62,5mg/ 5ml frasco de 75 ml.	FRASCO	5.000	R\$ 14,55	R\$ 72.750,00
12	Azitromicina 200 mg/5ml 15 ml .	FRASCO	2.000	R\$ 6,53	R\$ 13.060,00
13	Azitromicina 500 mg	COMPRIMIDO	15.000	R\$ 0,71	R\$ 10.650,00
14	Baclofeno 10 mg	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 0,13	R\$ 260,00
15	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000 UI. Frasco 4 ml	FRASCO	1.000	R\$ 5,64	R\$ 5.640,00
16	Benzilpenicilina benzatina 600.000 UI. Frasco 4 ml.	FRASCO	1.000	R\$ 7,51	R\$ 7.510,00
17	Biperideno 2 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,39	R\$ 3.900,00
18	Budesonida 32 mcg /dose, suspensão nasal spray/Frasco com mínimo de 120 doses.	FRASCO	2.000	R\$ 22,96	R\$ 45.920,00
19	Budesonida 50 mcg /dose, suspensão nasal spray/Frasco com mínimo de 120 doses.	FRASCO	3.000	R\$ 31,81	R\$ 95.430,00



**MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS****CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48**E-mail: gestaocontratospta@gmail.com
gestaocontratacoespimentamg@gmail.com**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

20	Budesonida 64 mcg /dose, suspensão nasal spray/Frasco com mínimo de 120 doses.	FRASCO	2.000	R\$ 22,76	R\$ 45.520,00
21	Carbamazepina 200 mg	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,16	R\$ 4.800,00
22	Carbamazepina 400 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,44	R\$ 4.400,00
23	Carbonato de cálcio + vitamina D 1250mg (500mg de cálcio e vit D 200UI)	COMPRIMIDO	8.000	R\$ 0,06	R\$ 480,00
24	Carbonato de Lítio 300 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,20	R\$ 2.000,00
25	Carvedilol 12,50 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,07	R\$ 700,00
26	Carvedilol 25 mg	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,10	R\$ 2.000,00
27	Carvedilol 3,125 mg	COMPRIMIDO	6.000	R\$ 0,07	R\$ 420,00
28	Carvedilol 6,25 mg.	COMPRIMIDO	6.000	R\$ 0,06	R\$ 360,00
29	Cefalexina 250mg/5ml 100ml	FRASCO	500	R\$ 8,08	R\$ 4.040,00
30	Cefalexina 500 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,44	R\$ 4.400,00
31	Ceftriaxona 1 g . Pó para solução injetável EV	AMPOLA	5.000	R\$ 5,38	R\$ 26.900,00
32	Ceftriaxona 500 mg. Pó para solução injetável	AMPOLA	2.000	R\$ 6,34	R\$ 12.680,00
33	Cianocobalamina 500mcg/ml ampola 2 ml	AMPOLA	2.000	R\$ 4,80	R\$ 9.600,00
34	Ciprofloxacino 500 mg	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,23	R\$ 1.150,00
35	Claritromicina 500 mg	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 1,59	R\$ 7.950,00
36	Clindamicina 300 mg	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,92	R\$ 2.760,00
37	Clomipramina 10MG	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,51	R\$ 5.100,00
38	Clomipramina 25 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,89	R\$ 8.900,00
39	Clonazepam 2,5 mg/ml	FRASCO	500	R\$ 6,84	R\$ 3.420,00
40	Cloreto De Sódio 0,9% 10 ml	AMPOLA	3.500	R\$ 0,22	R\$ 770,00
41	Cloreto de sódio 0,9% solução nasal em spray. Embalagem com no mínimo 50 ml.	FRASCO	2.000	R\$ 3,46	R\$ 6.920,00
42	Cloreto de sódio 0,9%, solução injetável, estéril, apirrogênica, para uso intravenoso, sistema fechado, frasco com 100 ml.	FRASCO	11.000	R\$ 3,05	R\$ 33.550,00
43	Cloreto de sódio 0,9%, solução injetável, estéril, apirrogênica, para uso intravenoso, sistema fechado, frasco com 250 ml.	FRASCO	9.000	R\$ 3,69	R\$ 33.210,00
44	Cloreto de sódio 0,9%, solução injetável, estéril, apirrogênica, para uso intravenoso, sistema fechado, frasco com 500 ml.	FRASCO	5.000	R\$ 4,24	R\$ 21.200,00
45	Cloridrato de Lidocaina geleia 30 gramas (20mg/g)	BISNAGA	2.000	R\$ 4,57	R\$ 9.140,00
46	Cloridrato de Metoclopramida 10 mg	COMPRIMIDO	1.000	R\$ 0,06	R\$ 60,00

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG



**MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS****CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48**E-mail: gestaocontratospta@gmail.com
gestaocontratacoespimentamg@gmail.com**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

47	Cloridrato de prometazina 25mg/ml ampola 2ml	AMPOLA	1.000	R\$ 2,96	R\$ 2.960,00
48	Clorpromazina 100 mg	COMPRIMIDO	8.000	R\$ 0,32	R\$ 2.560,00
49	Clorpromazina 25 mg	COMPRIMIDO	8.000	R\$ 0,28	R\$ 2.240,00
50	Colagenase pomada 30 gramas	BISNAGA	300	R\$ 11,94	R\$ 3.582,00
51	Complexo vitamínico do grupo B, solução injetável, ampola 2 mL, contendo tiamina (B1), riboflavina (B2), nicotinamida (B3), piridoxina (B6) e dexpantenol (B5).	AMPOLA	1.000	R\$ 1,06	R\$ 1.060,00
52	Dapagliflozina 10 mg	COMPRIMIDO	600	R\$ 3,81	R\$ 2.286,00
53	Decanoato de Haloperidol 50 mg/ml. Ampola 1ml	AMPOLA	2.000	R\$ 5,26	R\$ 10.520,00
54	Dexametasona 4 mg/ml. Ampola 2,5 ml	AMPOLA	1.000	R\$ 0,91	R\$ 910,00
55	Dexametasona 4 mg	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 0,22	R\$ 440,00
56	Dexclorfeniramina 2 mg	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,07	R\$ 210,00
57	Dexclorfeniramina 2mg/5ml frasco 120ML	FRASCO	5.000	R\$ 2,14	R\$ 10.700,00
58	Diazepam 10 mg	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,04	R\$ 1.200,00
59	Diazepam 10mg/2ml ampola 2 ml	AMPOLA	1.000	R\$ 0,84	R\$ 840,00
60	Diazepam 5 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,05	R\$ 500,00
61	Diclofenaco 3 ml 25 mg/ml.	AMPOLA	2.000	R\$ 0,98	R\$ 1.960,00
62	Dinitrato de isossorbida 5 mg	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,39	R\$ 1.950,00
63	Dipirona sódica 500 mg comprimido	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,12	R\$ 2.400,00
64	Dipirona sódica 500mg/ml Ampola 2ml	AMPOLA	5.000	R\$ 0,62	R\$ 3.100,00
65	Dipirona sódica 500mg/ml Frasco 10 ml	FRASCO	5.000	R\$ 1,06	R\$ 5.300,00
66	Doxazosina 4 mg	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,15	R\$ 750,00
67	Dramin B6 DL (dimenidrato 3mg/ml, cloridrato de piridoxina 5mg/ml, glicose 100mg/ml, frutose 100mg/ml) ampola 10 ml	AMPOLA	500	R\$ 2,19	R\$ 1.095,00
68	Duloxetina 30 mg	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 3,68	R\$ 7.360,00
69	Enalapril 20mg	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 1,86	R\$ 9.300,00
70	Enalapril 5 mg	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,04	R\$ 200,00
71	Escopolamina 20mg/ml Ampola 1ml	AMPOLA	1.000	R\$ 1,08	R\$ 1.080,00
72	Espironolactona 100 mg	COMPRIMIDO	8.000	R\$ 0,61	R\$ 4.880,00
73	Fenitoína 100 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,31	R\$ 3.100,00
74	Fenitoína 50mg/ml Ampola 5 ml	AMPOLA	100	R\$ 8,92	R\$ 892,00
75	Fenobarbital 100 mg	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,16	R\$ 4.800,00
76	Fenobarbital Sódico 100 mg/ml / Solução injetável /Apresentação: Ampola 2ML	AMPOLA	1.000	R\$ 2,44	R\$ 2.440,00
77	Finasterida 5 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,25	R\$ 2.500,00

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG



**MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS****CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48**E-mail: gestaocontratospta@gmail.com
gestaocontratacoespimentamg@gmail.com**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

78	Fluconazol 150 mg	COMPRIMIDO	1.000	R\$ 2,61	R\$ 2.610,00
79	Fluoxetina 20 mg	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,04	R\$ 1.200,00
80	Furosemida 10mg/ml Ampola 2 ml	AMPOLA	500	R\$ 0,67	R\$ 335,00
81	Gabapentina 300 mg	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,28	R\$ 1.400,00
82	Gliclazida 30mg	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,55	R\$ 16.500,00
83	Gliclazida 60mg	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 1,14	R\$ 34.200,00
84	Haloperidol 1mg	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,16	R\$ 800,00
85	Haloperidol 5 mg	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,11	R\$ 550,00
86	Hidrocortisona 10mg/g Bisnaga 20 g.	BISNAGA	500	R\$ 8,34	R\$ 4.170,00
87	Ibuprofeno 50mg/ml Frasco 30 ml	FRASCO	1.000	R\$ 2,16	R\$ 2.160,00
88	Indapamida 1,5 mg	COMPRIMIDO	600	R\$ 0,75	R\$ 450,00
89	Lactulose líquida 667mg/ml Frasco 120 ml	FRASCO	1.000	R\$ 4,68	R\$ 4.680,00
90	Levetiracetam 100mg/ml frasco de 150ml	FRASCO	50	R\$ 83,49	R\$ 4.174,50
91	Levodopa + Benserazida 100 Mg + 25Mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 1,51	R\$ 15.100,00
92	Levodopa + benserazida 200mg+50mg	COMPRIMIDO	6.000	R\$ 1,68	R\$ 10.080,00
93	Levotiroxina 100 mcg.	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,13	R\$ 3.900,00
94	Levotiroxina 25 mcg.	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,27	R\$ 8.100,00
95	Levotiroxina 50 mcg.	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,09	R\$ 2.700,00
96	Linagliptina 5 mg	COMPRIMIDO	600	R\$ 5,93	R\$ 3.558,00
97	Loratadina 10 mg	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,21	R\$ 1.050,00
98	Macrogol 4000 (polietilenoglicol 4000), solução oral, frasco com volume aproximado de 250 mL.	FRASCO	50	R\$ 47,70	R\$ 2.385,00
99	Metildopa 250 mg	COMPRIMIDO	5.000	R\$ 0,34	R\$ 1.700,00
100	Metronidazol 400 mg	COMPRIMIDO	1.000	R\$ 0,33	R\$ 330,00
101	Miconazol 20 mg/g Creme Vaginal Tubo com 80 Gramas	BISNAGA	1.000	R\$ 10,02	R\$ 10.020,00
102	Monitrato de Isossorbida 20mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,20	R\$ 2.000,00
103	Monitrato de isossorbida 40 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,46	R\$ 4.600,00
104	Nitrofurantoína 100 mg	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,26	R\$ 5.200,00
105	Nortriptilina 25 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,23	R\$ 2.300,00
106	Nortriptilina 50 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,35	R\$ 3.500,00
107	Nortriptilina 75mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 1,01	R\$ 10.100,00
108	Omeprazol 20 mg /Capsula Gelatinosa Dura.	COMPRIMIDO	50.000	R\$ 0,07	R\$ 3.500,00
109	Ondansetrona 4mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,25	R\$ 2.500,00
110	Ondansetrona 8 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,23	R\$ 2.300,00
111	Ondansetrona Solução Injetável 2 mg/mL. Ampola com 2 ml	AMPOLA	5.000	R\$ 1,04	R\$ 5.200,00
112	Oxibutinina 5 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,87	R\$ 8.700,00
113	Paracetamol 200mg/ml	FRASCO	3.000	R\$ 1,07	R\$ 3.210,00

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG



**MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS****CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48**E-mail: gestaocontratospta@gmail.com
gestaocontratacoespimentamg@gmail.com**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

114	Paracetamol 500MG	COMPRIMIDO	4.000	R\$ 0,40	R\$ 1.600,00
115	Prednisolona 3mg/ml	FRASCO	3.000	R\$ 11,74	R\$ 35.220,00
116	Prednisona 5 mg	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,06	R\$ 180,00
117	Risperidona 1mg/ml	FRASCO	50	R\$ 94,64	R\$ 4.732,00
118	Sais para reidratação oral, composição conforme padrão da Organização Mundial da Saúde (OMS), contendo cloreto de sódio 3,5 g, cloreto de potássio 1,5 g, citrato de sódio di-hidratado 2,9 g e glicose 20 g (total 27,9 g), pó para preparo de solução oral, acondicionado em sachê.	ENVELOPE	5.000	R\$ 0,72	R\$ 3.600,00
119	Sorbitol associado ao laurilsulfato de sódio, solução ou gel de uso retal, indicado para uso pediátrico, acondicionado em bisnaga ou aplicador descartável, com volume unitário aproximado de 5 a 10 g.	BISNAGA	30	R\$ 5,70	R\$ 171,00
120	Succinato de Metoprolol 50 mg	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,48	R\$ 14.400,00
121	Succinato de Metoprolol 100 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,57	R\$ 5.700,00
122	Succinato sódico de hidrocortisona 100mg pó p/ injetável	AMPOLA	1.000	R\$ 3,10	R\$ 3.100,00
123	Succinato sódico de hidrocortisona 500mg pó p/ injetável	AMPOLA	500	R\$ 4,58	R\$ 2.290,00
124	Sulfametoxazol + Trimetoprima (400MG+80MG)	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,15	R\$ 450,00
125	Sulfametoxazol + trimetoprima 200mg+40mg/5 ml Frasco 100 ml.	FRASCO	500	R\$ 1,97	R\$ 985,00
126	Sulfato de atropina 1%, solução oftálmica estéril (colírio), frasco com 5 mL.	FRASCO	100	R\$ 11,23	R\$ 1.123,00
127	Sulfato de Neomicina 5mg/g + Bacitracina Zíncica 250 UI/g, pomada dermatológica. Bisnaga com no mínimo 15 g.	BISNAGA	750	R\$ 22,02	R\$ 16.515,00
128	Sulfato ferroso 125mg Frasco 30 ml	FRASCO	300	R\$ 3,96	R\$ 1.188,00
129	Suplemento Alimentar (Composição Zinco 20.0mg + Cobre 1.0mg)	COMPRIMIDO	1.000	R\$ 0,40	R\$ 400,00
130	Suplemento alimentar à base de beta-glucana de Saccharomyces cerevisiae, com vitaminas e minerais, solução oral, frasco com volume aproximado de 75 mL.	FRASCO	50	R\$ 102,86	R\$ 5.143,00
131	Suplemento alimentar para saúde ocular contendo vitaminas e minerais antioxidantes, incluindo vitamina C, vitamina E, zinco, luteína e zeaxantina.	COMPRIMIDO	1.000	R\$ 2,59	R\$ 2.590,00

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG



**MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS****CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48**E-mail: gestaocontratospta@gmail.com
gestaocontratacoespimentamg@gmail.com**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

132	Suplemento vitamínico/mineral (água (veículo), citrato de colina, bisglicinato ferroso, propilenoglicol (veículo), bisglicinato de zinco, bisglicinato cúprico, palmitato de retinol, coлекаlçiferol, ácido fólico, selenito de sódio.- frasco 60ml	FRASCO	50	R\$ 55,95	R\$ 2.797,50
133	Timolol 0,5% Frasco 5 ml.	FRASCO	1.000	R\$ 2,87	R\$ 2.870,00
134	Tizanidina 2mg	COMPRIMIDO	2.000	R\$ 0,85	R\$ 1.700,00
135	Tramadol 50mg	COMPRIMIDO	30.000	R\$ 0,38	R\$ 11.400,00
136	Valproato de sódio 250mg/5ml, solução oral, frasco 100 ml	FRASCO	1.500	R\$ 5,70	R\$ 8.550,00
137	Valproato de sódio 500mg	COMPRIMIDO	20.000	R\$ 0,92	R\$ 18.400,00
138	Varfarina sódica 5 mg	COMPRIMIDO	10.000	R\$ 0,13	R\$ 1.300,00
VALOR TOTAL				R\$	952.897,00

Nota:

Os itens destacados em **negrito** na presente planilha estão sujeitos a tratamento específico, conforme disposições do subitem 10.9 deste Termo de Referência, especialmente quanto à observância do Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), nos termos da regulamentação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

2.2. Os quantitativos apresentados correspondem à demanda da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente apurada a partir de levantamento técnico realizado pela equipe responsável pela assistência farmacêutica, considerando o histórico de consumo, o perfil epidemiológico da população atendida e as necessidades assistenciais identificadas no âmbito das unidades de saúde do Município.

2.3. Os itens objeto deste Termo de Referência são caracterizados como **bens comuns**, uma vez que apresentam padrões de qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, tais como princípio ativo, concentração, forma farmacêutica, apresentação e demais requisitos técnicos, possibilitando a comparação objetiva entre as propostas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4. O objeto da contratação não se enquadra como **bem de luxo**, nos termos da legislação vigente, especialmente do Decreto Municipal nº 2.788/2021 e da Lei Federal nº 14.133/2021, tratando-se de aquisição de medicamentos classificados como material de consumo, destinados ao atendimento de necessidades essenciais da saúde pública no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.5 A presente contratação refere-se ao fornecimento de medicamentos, caracterizando-se como aquisição de natureza comum, cujas especificações são padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

2.6 A forma de contratação e o instrumento a ser adotado serão definidos na fase subsequente do planejamento, podendo contemplar fornecimento parcelado conforme a necessidade da Administração, observado o interesse público e a vantajosidade da solução a ser implementada.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG





Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

3.1. O valor total estimado da contratação é de **R\$ 931.343,40 (Novecentos e trinta e um mil, trezentos e quarenta e três reais e quarenta centavos)**, conforme levantamento constante neste Termo de Referência.

4. ESTIMATIVA DE CUSTOS

4.1 A estimativa de custos da presente contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada a partir de fontes idôneas e parâmetros de mercado, visando identificar valores compatíveis com os praticados para o fornecimento dos medicamentos objeto deste Termo de Referência.

4.2 O valor total estimado da contratação corresponde à soma dos preços unitários dos itens multiplicados pelos respectivos quantitativos previstos, conforme demonstrado na planilha constante do item 2 – Quantitativos e Especificações.

4.3 Ressalta-se que os valores estimados possuem caráter referencial, sendo utilizados para fins de planejamento, definição da modalidade de contratação e verificação da disponibilidade orçamentária, podendo sofrer variações conforme as propostas apresentadas no certame.

4.4 Eventuais atualizações dos valores praticados poderão ser adotadas, desde que devidamente justificadas e compatíveis com os preços de mercado.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses** contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. DA JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pimenta/MG em assegurar o fornecimento regular de medicamentos destinados à manutenção da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente por meio da Farmácia de Minas e demais unidades de saúde.

Os medicamentos constituem insumos essenciais à execução das ações e serviços de saúde, sendo indispensáveis para a promoção, prevenção e recuperação da saúde da população, incluindo o tratamento de doenças agudas e crônicas, conforme prescrições médicas e protocolos clínicos estabelecidos.

A disponibilização adequada e contínua desses insumos é fundamental para garantir a integralidade da atenção à saúde e a efetividade das intervenções terapêuticas ofertadas pela rede pública municipal, evitando a descontinuidade dos tratamentos e seus impactos negativos.

A eventual ausência ou insuficiência no fornecimento de medicamentos pode acarretar prejuízos significativos à saúde pública, tais como agravamento de quadros clínicos, aumento da demanda





Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

por serviços de maior complexidade, elevação de internações hospitalares e comprometimento da qualidade de vida dos usuários.

A definição dos itens e quantitativos decorre de levantamento técnico realizado pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde, considerando o histórico de consumo, o perfil epidemiológico da população e as demandas assistenciais identificadas, de modo a promover maior eficiência no planejamento e na aplicação dos recursos públicos.

Ressalta-se, ainda, que parte dos medicamentos objeto da presente contratação decorre de demandas judiciais e ou constantes do rol estabelecido no Comunicado nº 6/2021 da CMED, itens 52, 68, 81, 88, 90, 96, 117, 129 e 131, os quais impõem ao Município o fornecimento de itens específicos, conforme prescrições individualizadas e determinações judiciais. Tais demandas caracterizam-se pela imprevisibilidade quanto aos quantitativos e à periodicidade, bem como pela necessidade de atendimento imediato, podendo envolver medicamentos não padronizados na assistência farmacêutica básica.

Nesse contexto, a existência de demandas judiciais reforça a necessidade de adoção de solução que assegure flexibilidade, agilidade e segurança no fornecimento, de modo a garantir o cumprimento das decisões judiciais, evitar desassistência e assegurar a continuidade da prestação dos serviços de saúde.

A presente contratação encontra fundamento no artigo 196 da Constituição Federal, que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado, bem como nos princípios da Administração Pública previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente o planejamento, a eficiência, a economicidade e a continuidade do serviço público.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e adequada para assegurar o atendimento das demandas da saúde pública municipal, garantindo o acesso da população aos medicamentos essenciais e a manutenção dos serviços de assistência farmacêutica.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recurso específico consignado no orçamento do Município na seguinte dotação:

Ficha 488 - 02.06.01 10.303.0008.2069 3.3.90.32.00 Fonte de recurso:1.500.000

Ficha 582 - 02.06.02 10.303.0009.2143 3.3.90.32.00 Fonte de recurso:1.621.000

Ficha 591 - 02.06.02 10.303.0009.2183 3.3.90.32.00 Fonte de recurso:1.600.000

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução proposta consiste na aquisição de medicamentos destinados à manutenção da assistência farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pimenta/MG, abrangendo todas as etapas necessárias ao adequado fornecimento, utilização e gestão dos





Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

insumos, desde sua aquisição até o consumo final pelos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução contempla as seguintes etapas:

8.1. Planejamento da contratação

Definição dos medicamentos e quantitativos com base em critérios técnicos, incluindo o histórico de consumo, o perfil epidemiológico da população e as demandas assistenciais identificadas pela equipe de saúde.

8.2. Aquisição e fornecimento

Realização de procedimento de contratação que assegure a seleção da proposta mais vantajosa, garantindo a qualidade dos medicamentos e a ampla competitividade, com fornecimento parcelado conforme a necessidade da Administração.

8.3. Transporte e entrega

Os medicamentos deverão ser transportados e entregues em condições adequadas, observando as exigências sanitárias e de conservação, de forma a preservar sua integridade, qualidade e eficácia, em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

8.4. Recebimento e conferência

Os produtos serão submetidos à verificação no momento do recebimento, com conferência quanto à conformidade com as especificações técnicas, prazos de validade, integridade das embalagens e regularidade sanitária.

8.5. Armazenamento e controle de estoque

Os medicamentos serão armazenados em local adequado, com controle de temperatura, umidade e demais condições necessárias, sendo gerenciados por meio de sistema de controle de estoque que permita rastreabilidade e acompanhamento do consumo.

8.6. Distribuição e dispensação

Os medicamentos serão distribuídos às unidades de saúde e dispensados aos usuários conforme prescrição médica e protocolos clínicos, assegurando o acesso adequado e o uso racional dos insumos.

8.7. Monitoramento e gestão

A execução contratual será acompanhada por equipe designada, responsável pelo controle das entregas, qualidade dos produtos e cumprimento das obrigações contratuais, com adoção de medidas corretivas quando necessário.

8.8. Destinação final e gestão de resíduos

Os medicamentos vencidos, inutilizados ou em desuso, bem como suas embalagens, deverão ter destinação ambientalmente adequada, conforme as normas sanitárias e ambientais vigentes, evitando riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG





Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

Para a adequada execução do objeto, o(s) fornecedor(es) deverá(ão) atender aos seguintes requisitos:

9.1. Requisitos gerais

- Fornecer os medicamentos em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- Garantir a qualidade, segurança e eficácia dos produtos fornecidos;
- Cumprir os prazos, condições de entrega e demais obrigações estabelecidas;
- Responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes de falhas no fornecimento.

9.2. Requisitos sanitários e regulatórios

- Os medicamentos deverão possuir registro válido ou dispensa de registro, conforme aplicável, junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Os produtos deverão estar dentro do prazo de validade no momento da entrega, observando-se prazo mínimo a ser definido neste Termo de Referência;
- As embalagens deverão conter informações claras quanto à identificação do produto, lote, data de fabricação e validade;
- O transporte deverá ser realizado em condições adequadas, garantindo a integridade e conservação dos medicamentos.

9.3. Requisitos de fornecimento

- O fornecimento ocorrerá de forma **parcelada**, conforme a necessidade da Administração;
- Os pedidos serão formalizados por meio de instrumento próprio (ordem de fornecimento, nota de empenho ou equivalente);
- Os quantitativos indicados são estimativos, não havendo obrigatoriedade de contratação integral.

9.4. Requisitos de habilitação técnica

- O(s) fornecedor(es) deverá(ão) comprovar aptidão para o fornecimento de medicamentos, por meio de documentação pertinente, conforme exigido no edital;
- Deverá possuir regularidade perante os órgãos sanitários competentes, quando aplicável;
- Apresentar documentação que comprove a regularidade do estabelecimento e autorização para comercialização de medicamentos.

9.5. Requisitos de qualidade

- Os medicamentos deverão atender aos padrões de qualidade estabelecidos pela legislação sanitária vigente;
- Não serão aceitos produtos adulterados, falsificados, com embalagens violadas ou em desacordo com as especificações;
- A Administração poderá recusar produtos que não atendam aos requisitos estabelecidos.

9.6. Requisitos de logística e entrega

- Os medicamentos deverão ser entregues em local indicado pela Administração, em dias e horários previamente definidos;

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG





Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

- O(s) fornecedor(es) deverá(ão) assegurar condições adequadas de transporte, especialmente para medicamentos que exijam controle de temperatura;
- Eventuais custos com transporte, carga, descarga e seguro deverão estar inclusos no preço ofertado.

9.7. Substituição e garantia

- O(s) fornecedor(es) deverá(ão) substituir, no prazo a ser definido, os produtos entregues em desacordo com as especificações ou com vícios de qualidade;
- Os produtos deverão possuir garantia quanto à sua integridade e adequação ao uso, conforme normas aplicáveis.

9.8. Da Subcontratação

Não será permitida a subcontratação do objeto da presente contratação, tendo em vista a natureza do fornecimento, que exige controle direto do(s) fornecedor(es) quanto à qualidade, procedência, armazenamento, transporte e rastreabilidade dos medicamentos, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

10. EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto dar-se-á mediante o fornecimento de medicamentos, de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pimenta/MG, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.1. Forma de fornecimento

- O fornecimento dos medicamentos será realizado de forma parcelada, mediante solicitação da Administração, por meio de ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente;
- Os quantitativos indicados são estimativos, não constituindo obrigação de contratação integral.

10.2. Prazo de entrega

- O prazo para entrega dos medicamentos será de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento da solicitação formal;
- Em casos excepcionais e devidamente justificados, poderá ser admitida prorrogação, a critério da Administração.

10.3. Local e condições de entrega

- Os medicamentos deverão ser entregues no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- As entregas deverão ocorrer em dias úteis e em horário comercial, previamente acordado com o setor responsável;
- Os produtos deverão ser transportados em condições adequadas, garantindo sua integridade, qualidade e conservação, em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

10.4. Condições dos produtos no ato da entrega

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG





Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

- Os medicamentos deverão ser entregues com prazo de validade mínimo de 12 meses da validade total;
- As embalagens deverão estar íntegras, sem sinais de violação, avaria ou contaminação;
- Os produtos deverão conter identificação clara quanto ao lote, data de fabricação e validade.

10.5. Recebimento provisório e definitivo

- O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, para verificação quantitativa e das condições aparentes dos produtos;
- O recebimento definitivo será realizado após a conferência detalhada das especificações, qualidade e conformidade dos medicamentos;
- O prazo para recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório.

10.6. Recusa e substituição

- Serão recusados os medicamentos que:
 - ✓ estiverem em desacordo com as especificações;
 - ✓ apresentarem defeitos, avarias ou irregularidades;
 - ✓ estiverem com prazo de validade inadequado;
- O(s) fornecedor(es) deverá(ão) substituir os produtos recusados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, sem ônus para a Administração.

10.7. Responsabilidade pela execução

- O(s) fornecedor(es) será(ão) responsável(is) pela entrega dos medicamentos, incluindo transporte, carga, descarga e quaisquer custos necessários;
- Responderá(ão) por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas no fornecimento.

10.8. Fiscalização da execução

- A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s), que verificará(ão) o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Eventuais irregularidades deverão ser registradas e comunicadas para adoção das medidas cabíveis.

10.9. Condições específicas de preço para medicamentos sujeitos à regulação da CMED

- Para os medicamentos decorrentes de demandas judiciais, bem como para aqueles constantes do rol estabelecido no Comunicado nº 6/2021 da CMED, especialmente os itens **52, 68, 81, 88, 90, 96, 117, 129 e 131**, o(s) fornecedor(es) deverá(ão), durante toda a vigência da contratação, observar como limite máximo de preço o **Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG)**, vigente à época de cada aquisição.
- Ressalta-se que o PMVG já contempla a aplicação do **Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)**, conforme regulamentação da CMED, devendo ser respeitado como valor teto nas aquisições realizadas pela Administração Pública, não sendo admitida, em qualquer hipótese, a contratação por valores superiores ao referido limite, admitindo-se, contudo, a obtenção de propostas com valores inferiores, quando houver competitividade.

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG





Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

- Na fase de pesquisa de preços, verificou-se significativa variação entre os valores praticados pelos diferentes fabricantes para os medicamentos sujeitos à regulação da CMED. Diante desse cenário, e considerando o risco de inviabilização da contratação pela adoção de valores inexequíveis, optou-se pela utilização da **média dos PMVG** como valor de referência, de modo a refletir de forma mais fidedigna a realidade de mercado e assegurar a competitividade do certame, sem prejuízo da busca pela proposta mais vantajosa.
- Em qualquer hipótese, durante a execução contratual, deverá ser observado o PMVG vigente à época de cada aquisição como limite máximo de preço.
- As disposições deste subitem aplicam-se aos itens identificados na planilha de quantitativos como sujeitos à regulação específica de preços, incluindo aqueles decorrentes de demandas judiciais e os constantes do rol do referido comunicado.

10.10. Vedação ao fracionamento de medicamentos

- Os medicamentos deverão ser fornecidos em suas embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, não sendo permitido o fracionamento de caixas, cartelas ou unidades farmacêuticas para fins de atendimento das solicitações da Administração, em conformidade com as disposições da RDC nº 80/2006 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais normas aplicáveis.
- Dessa forma, os pedidos realizados pela Administração deverão observar as apresentações comerciais disponibilizadas pelos fabricantes, não sendo admitido o fornecimento de quantidades fracionadas. Quando necessário, a Administração promoverá a adequação das ordens de fornecimento às unidades de acondicionamento dos medicamentos, de modo a compatibilizar a demanda com as embalagens comerciais disponíveis no mercado.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais instrumentos vinculados à contratação.

11.1. Designação do gestor e fiscal

- A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por servidor(es) formalmente designado(s) pela autoridade competente;
- O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento geral da execução contratual;
- O fiscal do contrato atuará diretamente na verificação do cumprimento das obrigações por parte do(s) fornecedor(es), especialmente quanto à entrega, qualidade e conformidade dos medicamentos.

11.2. Atribuições do gestor do contrato

- acompanhar a execução global do contrato;
- adotar as providências necessárias para o seu regular cumprimento;
- promover a comunicação entre as partes;
- analisar solicitações e propor medidas corretivas quando necessário;

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG





Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

- verificar a regularidade fiscal e administrativa do(s) fornecedor(es), quando aplicável;
- subsidiar a autoridade competente quanto à aplicação de penalidades.

11.3. Atribuições do fiscal do contrato

- acompanhar e fiscalizar a entrega dos medicamentos;
- verificar a conformidade dos produtos com as especificações técnicas;
- conferir prazos de validade, integridade das embalagens e condições de transporte;
- registrar ocorrências e eventuais irregularidades;
- atestar o recebimento provisório e definitivo dos produtos;
- comunicar ao gestor quaisquer falhas na execução contratual.

11.4. Instrumentos de controle

A fiscalização será realizada por meio de:

- registros formais das entregas;
- relatórios de acompanhamento;
- conferência de notas fiscais;
- controle de estoque e consumo;
- demais instrumentos necessários à adequada verificação da execução.

11.5. Registro de ocorrências

Todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato deverão ser registradas, incluindo atrasos, descumprimentos, fornecimento em desacordo ou quaisquer outras irregularidades, possibilitando a adoção de medidas corretivas e, quando cabível, aplicação de sanções.

11.6. Responsabilização

O(s) fornecedor(es) será(ão) responsabilizado(s) por quaisquer falhas na execução do objeto, cabendo à Administração, por meio da gestão e fiscalização do contrato, adotar as medidas administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.

12. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado pela Administração Municipal em favor do(s) fornecedor(es), de forma proporcional aos medicamentos efetivamente entregues e aceitos, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.1. Condições para pagamento

- O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo dos medicamentos, devidamente atestado pelo fiscal do contrato;
- Deverá ser apresentada a nota fiscal/fatura correspondente ao fornecimento realizado, contendo todas as informações exigidas pela legislação vigente;
- Os produtos deverão estar em conformidade com as especificações técnicas e demais condições estabelecidas.

12.2. Liquidação da despesa





Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

- A liquidação da despesa ocorrerá após a verificação do direito adquirido pelo(s) fornecedor(es), com base nos documentos comprobatórios do fornecimento, nos termos da legislação vigente;
- Para fins de liquidação, serão considerados:
 - ✓ a nota fiscal/fatura devidamente atestada;
 - ✓ a comprovação do recebimento definitivo dos medicamentos;
 - ✓ a verificação da conformidade do objeto com as especificações contratadas;
- Constatada qualquer irregularidade, a liquidação ficará suspensa até a devida regularização.

12.3. Prazo de pagamento

- O pagamento será efetuado no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados a partir da liquidação da despesa e da apresentação da documentação fiscal devidamente atestada;
- O prazo poderá ser suspenso em caso de inconsistências na documentação ou irregularidades na execução, até a devida regularização.

12.4. Forma de pagamento

- O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pelo(s) fornecedor(es);
- É de responsabilidade do(s) fornecedor(es) manter seus dados bancários atualizados junto à Administração.

12.5. Regularidade fiscal e trabalhista

- O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade fiscal e trabalhista do(s) fornecedor(es), conforme legislação aplicável;
- A existência de pendências poderá ensejar a suspensão do pagamento até sua regularização.

12.6. Vedação ao pagamento antecipado

- Não será efetuado pagamento antecipado, salvo nas hipóteses excepcionais previstas em lei e devidamente justificadas.

12.7. Retenções e encargos

- Sobre os valores devidos poderão incidir retenções tributárias previstas na legislação vigente;
- Os tributos e encargos legais são de responsabilidade do(s) fornecedor(es), conforme a legislação aplicável.

12.8. Atualização e correção de valores

- Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, poderão ser aplicados encargos legais, conforme previsto na legislação vigente;
- Eventuais correções deverão observar os índices oficiais aplicáveis.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR





Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

A seleção do(s) fornecedor(es) será realizada mediante procedimento licitatório, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021, **por meio do Sistema de Registro de Preços**, observados os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade e julgamento objetivo.

13.1. Forma de seleção

- A contratação será realizada por meio de licitação, **visando à formação de Ata de Registro de Preços**, possibilitando aquisições futuras e parceladas, conforme a necessidade da Administração;
- O objeto caracteriza-se como fornecimento de bens comuns, uma vez que suas especificações podem ser objetivamente definidas por meio de critérios usuais de mercado;
- O Sistema de Registro de Preços mostra-se adequado em razão da natureza do objeto, que demanda aquisições frequentes e variáveis ao longo do tempo.

13.2. Critério de julgamento

- O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço, por item**;
- A adjudicação por item visa ampliar a competitividade e possibilitar a participação de um maior número de fornecedores.
- Ressalta-se que, para os medicamentos decorrentes de demandas judiciais, a observância do PMVG deverá ser mantida não apenas na fase de julgamento, mas também durante toda a execução contratual, aplicando-se como limite máximo de preço em cada fornecimento realizado.

13.3 Critério de julgamento para medicamentos judicializados ou constantes na Resolução CTE-CMED nº6 de 27 de maio de 2021

- Para os medicamentos decorrentes de demandas judiciais, itens 52, 68, 81, 88, 90, 96, 117, 129, 131 da tabela constante no Tópico 2 - Quantidades e Especificações, adotar-se-á critério de formação de preços distinto dos demais itens, em razão de suas especificidades.
- Tais medicamentos destinam-se ao cumprimento de determinações judiciais, caracterizando-se como demandas individualizadas, urgentes e vinculadas a prescrições específicas, não sendo possível, em muitos casos, a ampla competitividade entre fornecedores.
- Dessa forma, o critério de julgamento não se dará pelo menor preço por item, mas sim pela observância do **Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG)**, conforme regulamentação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).
- A adoção do PMVG justifica-se por se tratar de preço-teto definido em norma federal, aplicável às aquisições públicas de medicamentos, garantindo que a Administração não realize aquisições por valores superiores aos limites legalmente estabelecidos.
- Assim, as propostas para esses itens deverão observar, como valor máximo admissível, o PMVG vigente à época da contratação, admitindo-se a disputa por preços inferiores a esse limite, quando houver competitividade.

14. DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO





Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

Além dos documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira previstos na legislação vigente e no edital, o(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar os seguintes documentos específicos, compatíveis com o objeto da contratação:

14.1. Qualificação técnica

- Comprovação de aptidão para o fornecimento de medicamentos, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) o fornecimento de produtos compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação;

14.2. Regularidade sanitária

- Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), quando aplicável;
- Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento, expedido pelo órgão sanitário competente (estadual ou municipal), dentro do prazo de validade;

14.3. Regularidade do produto

- Comprovação de que os medicamentos ofertados possuem registro válido ou estão regularmente dispensados de registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme legislação vigente;

14.4. Responsabilidade técnica

- Comprovação de que a empresa possui responsável técnico habilitado, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando exigido pela legislação;

14.5. Boas práticas (quando aplicável)

- Comprovação de cumprimento das Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição de medicamentos, quando aplicável ao tipo de fornecedor;

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento das obrigações assumidas pelo(s) fornecedor(es) sujeitará(ão) às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.1. Infrações administrativas

Constituem infrações administrativas, entre outras:

- dar causa à inexecução parcial ou total do objeto;
- deixar de entregar os produtos no prazo estabelecido;
- fornecer produtos em desacordo com as especificações técnicas;
- apresentar documentação falsa ou cometer fraude;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- ensejar o retardamento da execução da contratação;
- falhar na execução do objeto.

15.2. Sanções aplicáveis

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG





Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá aplicar ao(s) fornecedor(es), garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

- advertência, quando se tratar de infração leve;
- multa, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência ou no edital;
- impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos da legislação vigente.

15.3. Multas

- Poderá ser aplicada multa de mora em caso de atraso injustificado na entrega dos medicamentos, calculada sobre o valor do item em atraso;
- Poderá ser aplicada multa compensatória em caso de inexecução total ou parcial do objeto;
- Os percentuais e critérios de aplicação das multas serão definidos no edital e no instrumento contratual.

15.4. Aplicação das penalidades

- As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração;
- Na aplicação das penalidades serão considerados:
 - ✓ a natureza e a gravidade da infração;
 - ✓ os danos causados à Administração;
 - ✓ a vantagem auferida pelo fornecedor;
 - ✓ as circunstâncias agravantes e atenuantes;
- As penalidades serão registradas nos sistemas oficiais, quando aplicável.

15.5. Processo administrativo

- A aplicação de qualquer penalidade será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- O(s) fornecedor(es) será(ão) notificado(s) para apresentação de defesa no prazo legal;
- A decisão será devidamente motivada pela autoridade competente.

15.6. Rescisão contratual

- O contrato poderá ser rescindido nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente em situações de descumprimento das obrigações contratuais;
- A rescisão poderá ocorrer de forma unilateral pela Administração, nos termos da legislação vigente.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos e as dúvidas que surgirem na execução do objeto serão dirimidos pela Administração, com base na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021, e nos princípios que regem a Administração Pública.

A participação no procedimento licitatório implica na plena aceitação, por parte do(s) licitante(s), de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.



**MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS****CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48**E-mail: gestaocontratospta@gmail.com
gestaocontratacoespimentamg@gmail.com**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

O(s) fornecedor(es) deverá(ão) observar integralmente as normas legais e regulamentares aplicáveis ao objeto, em especial aquelas relacionadas às condições sanitárias, de qualidade e segurança dos medicamentos, conforme diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências com o objetivo de esclarecer dúvidas, complementar informações ou verificar o cumprimento das condições estabelecidas.

17. APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR 123/06

Para o objeto deste Termo de Referência, não será aplicada a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, tampouco a reserva de cota, previstas nos incisos I e III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

Tal medida justifica-se em razão de que, durante a fase de levantamento de mercado e formação de preços, não foram identificados, no âmbito regional, no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte, aptos a atender integralmente às condições do objeto.

Ademais, verifica-se que a adoção de participação exclusiva ou de reserva de cota, no presente caso, não se mostra vantajosa para a Administração, podendo comprometer a economicidade, a competitividade do certame e a regularidade do fornecimento, especialmente em se tratando de medicamentos, cuja aquisição demanda eficiência logística, padronização e garantia de abastecimento contínuo.

Dessa forma, a não aplicação dos benefícios previstos nos incisos I e III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 encontra respaldo na própria legislação, que admite sua mitigação quando não houver número mínimo de fornecedores competitivos ou quando tal medida não for vantajosa para a Administração Pública.

Pimenta/MG, 24 de abril de 2026.

Assinatura Eletrônica por: Daniela Aparecida da Silva Lima, em: 24/04/2026 15:03:35 - Serviços Gerais, CPF: ***.127.418**. Hash: ea5d2f1c4608232e07d3aa3d998e5135&t=int



Assinatura Eletrônica por: Linara Mirelle Domingos, em: 24/04/2026 14:59:17 - Secretária Municipal de Saúde, CPF: ***.474.948**. Hash: c0c7c76d30bd3dcaefc96f40275bdc0a&t=int

Daniela Aparecida da Silva Lima
Central de Planejamento, Coordenação,
e Gestão de Contratações Públicas – CPCGC

Linara Mirelle Domingos
Secretária Municipal de Saúde

Avenida JK, nº 396 - TEL: (37) 3324-1057 – CEP: 35.585-000 – Pimenta – MG



ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Linara Mirelle Domingos - na Data/Hora: 24/04/2026 15:25:26 - CPF: ***.474.946** - Cargo: Secretária Municipal de Saúde - Qualificado em: 04/01/2021 - Pelo Documento: Matrícula: 2703-5 - Código de Autenticidade da Assinatura: c0c7c76d30bd3dcaefc96f40275bdc0a, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



DADOS DO DOCUMENTO



Código do Documento: 618311 - Nome do Documento: MEDICAMENTOS - Tipo do Documento: Termo de Referencia - produzido em: 24/04/2026, Neste ato assinado por: Linara Mirelle Domingos - na data: 24/04/2026 14:59:17. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W8S3F1L1